

Caminhando com Antonio

Egon Heck*

Nas trilhas do indigenismo e Academia, na solidariedade e indignação, sempre de coração e mente abertos na doação incondicional à vida e ao saber, mas, acima de tudo, com muito amor, eficiência e determinação.

Esse foi o Antonio que conheci no caminho e com o qual partilhei momentos importantes, como amigos sinceros e leais na luta pelos povos indígenas e pela justiça. Isso desde o início da década de 70 até a sua derradeira viagem; um caminho que continuamos trilhando, agora na memória carinhosa, de quem partilhou caminhos e sonhos, lutas e esperança.

Nós nos conhecemos na Operação Anchieta, posteriormente, Operação Amazônia Nativa (OPAN). Ele, estudante seminarista jesuíta, e eu, da Diocese de Chapecó. Nosso lugar de encontro foi a causa indígena. Fomos atraídos a essa causa por estudantes jesuítas, rebeldes e não conformados com o estilo de presença missionária então em curso nas missões tradicionais e, ao mesmo tempo, conhecedores da realidade indígena no sul do Brasil (Kaingang, Guarani, Xokleng, Xetá e Terena). Buscavam abrir novos horizontes no compromisso junto aos povos indígenas. Criaram então um grupo a partir dos jesuítas e de leigos. Antonio e eu nos encontramos nesse caminho de busca rebelde e solidariedade incondicional aos pobres, em especial dos povos indígenas, na perspectiva de transformação e criação de uma nova sociedade.

“ – Vamos ver a bomba que vem hoje”, dizia Antonio, com passos apressados em direção à banca de jornal mais próxima. Estávamos em agosto de 1988, na reta final do processo constituinte. O jornal *O Estado de São Paulo*, foi porta-voz de uma das mais sórdidas e amplas campanhas já desencadeada na história recente desse país, contra uma instituição, visando impedir os direitos indígenas na nova Constituição. O CIMI foi então submetido a uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, no Congresso. Antonio, como secretário do CIMI, junto com seus colegas em Brasília e por esse país afora, sofremos

* Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

muito. Foi necessário muita paciência histórica, discernimento e determinação para enfrentar os dragões da mineração em aliança com outros setores das elites dominantes. Lembro-me das noites praticamente em claro, em que tínhamos que pensar o que fazer para reverter os estragos à bela e audaz luta e caminhada dos povos indígenas na Constituinte. Antonio foi fundamental nesse momento crucial para a história e os direitos dos povos indígenas no Brasil.

Início de caminho

Eu conheci Antonio em Porto Alegre, no início da década de setenta, no caminho da OPAN. Sobre esse momento, escreveu Egydio Schwade, recentemente, contando os primórdios da organização, com a publicação de uma série de artigos sobre a dramática situação dos índios no Rio Grande do Sul e da presença de Antonio Brand:

A série de artigos agitou também o Noviciado dos jesuítas e recebi uma carta de Antonio Brand e Ivo Schroeder, na qual eles se dispunham a fazer pesquisa semelhante a que Thomaz e eu havíamos feito no RS em aldeias do Leste Catarinense durante as suas férias de 1968. Trouxeram assim à luz a realidade indígena dos índios Xokleng e Guarani do Vale do Itajaí. (Egydio, fevereiro 2013).

Na mesma narrativa, Egydio fala da importância de Antonio, na coordenação da OPAN, desde 1972:

Insisto na presença de Antônio na coordenação da OPAN, porque a sua ação ali, como a de muitos de seus colegas leigos foi fundamental no primeiro impulso à renovação da política indigenista da Igreja Católica dentro dos princípios delineados pelo Concílio Vaticano II.

Destaca as dificuldades de bispos e padres em promover mudanças mais profundas. Enquanto isso,

Antonio Brand, Ivo Schroeder, Darci Secchi, Ivar Busatto, Egon Heck e Gunter Francisco Loebens deixavam suas respectivas instituições e para com colegas leigos puxarem a fila de um grupo de jovens que se engajavam na perspectiva da visão conciliar da Igreja, não Instituição, mas povo de Deus.

Antonio e a luta dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul

No duro e difícil caminho dos Kaiowá Guarani, reencontrei-me com Antonio, em Campo Grande. Nos últimos sete anos, partilhei com ele, não tanto o caminho acadêmico, onde foi dinâmico e brilhante, na UCDB e além dela, mas nos duros embates e lutas que travam os Kaiowá Guarani. Se ele

estivesse conosco hoje, certamente lhe partiria o coração ver o jovem Denílson ser executado, na região onde passou muitos e fortes momentos de sua vida de solidariedade e incondicional apoio às lutas dos Kaiowá Guarani, com projetos específicos de apoio a esse povo, especialmente através do NEPPI, do qual foi um dos fundadores e era coordenador.

Sua paixão pela causa do povo Kaiowá Guarani o fez não apenas se aprofundar no conhecimento da história e luta desse povo, mas o fez amá-lo profundamente, tornando-se dele inseparável. O apoio irrestrito à dura caminhada vem desde 1978, quando foi morar na Vila São Pedro, em Dourados, tornando-se o iniciador e coordenador do CIMI Regional, MS.

Tornou-se um dos maiores conhecedores do povo guarani, em especial dos Kaiowá e Nhandeva, em Mato Grosso do Sul, aos quais dedicou sua vida. Quando uma situação de extrema violência e ameaçadora emergia, lá estava o Antonio articulando aliados, nos mais diversos setores, buscando encontrar forças suficientes para o enfrentamento em favor dos povos indígenas. Sua casa transformava-se num espaço de articulação e resistência.

Nas longas rodadas de chimarrão, conversávamos muito sobre a dramática situação Kaiowá Guarani e Terena. Construimos algumas propostas para iniciar o processo de reconhecimento e devolução das terras e territórios desses povos. Com hábil diplomacia, mas também com a radicalidade que a realidade exigia, ele levava propostas e as defendia com determinação e serenidade nos mais diversos espaços, nacional e internacionalmente. Conhecia como ninguém esse povo, e isso o fez amar e se comprometer com a vida e futuro dos Kaiowá Guarani.

Com esse grande amigo continuo a caminhada, agora em dimensões diferentes.

